



ATA DA 112ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

Aos 23/04/2009, sob a presidência do Sr. Hélio Neves, presidente em exercício realizou-se a 112ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 111ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do Dia:

1. Criação da Comissão Especial para regulamentar no Município de São Paulo a aplicação da Resolução CONAMA 402/08 que determina que os municípios devem estabelecer até dezembro de 2010, critérios para adequação dos cemitérios existentes em abril de 2003.
2. Apresentação sobre os trabalhos da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, pela Sra. Anita Correia de Souza, representante da PMSP no Conselho da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo
3. A expansão do Parque Ecológico do Tietê como compensação à adequação viária da Marginal Tietê, pelo Arquiteto Ruy Ohtake.
4. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 111ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos. O Hélio Neves já deve estar chegando, então vamos iniciar com a discussão e votação da Ata da 111ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Os Conselheiros que são favoráveis a aprovação da ata permaneçam como estão. **A Ata da 111ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.** Passaremos agora para os informes. Encontra-se disponível para consulta no CADES, o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do Aeroporto de Campo de Marte. Eu queria agora ler os nomes dos Conselheiros que fazem parte dessa Câmara Técnica e colocar que ela está aberta para adesão de outros conselheiros que queiram participar dessa Câmara. Temos os participantes: Luis Oliveira Ramos de SEMPLA, Regina Barros do DECONT, Alejandra Devecchi da COPLAN, Asunción Blanco da VIVA PACAEMBU; Marcos Moliterno do INSTITUTO DE ENGENHARIA, José Carlos Andersen da SMT, Vilma Geraldi do DEPAVE, Dirce Carregã Balzan da SIURB, Fernando Salles da SMSP, Antonio Cunha do MOVIBELO e Haroldo de Barros da SMS. Então por favor, os conselheiros que tenham interesse em fazer parte dessa Câmara Técnica, por favor, entrar em contato com a equipe do CADES pessoalmente ou mesmo por e-mail, porque é do nosso interesse que haja maior diversidade de participação dentro dessa Câmara, como de todas as outras também. O segundo informe é que se encontra disponível para consulta no CADES, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório CE Impacto Ambiental – RIMA, da Subestação 345/138-88kV Piratininga II e LT345 kV Interlagos – Piratininga II e um outro informe que também encontra disponível para consulta no CADES pelo prazo de 45 dias até o dia 08 de junho de 2009, o Estudo de Viabilidade Ambiental – EVA, referente a Implantação da Subestação Transformadora de Distribuição (ETD) e Ramal Aéreo de Estação (ERA) Germânia. Alguma sugestão para inclusão de pauta? Vamos passar para a Ordem do Dia, antes disso o Conselheiro Laurindo quer falar.

Cons. Laurindo: Bom dia a todos. Eu tenho uma dúvida, eu não sei como incluir na pauta, com relação à aprovação daquele projeto da Marginal Tietê, eu me lembro de ter sido, em uma das reuniões, não propriamente aqui no CADES, mas na reunião da Câmara Técnica, dito que haveria cerca de 1.200 ou 1.500 árvores que seriam sacrificadas, pelo projeto. Esse número foi passado expressamente pelo Diretor da DERSA, que vai ser responsável pela construção do projeto. E eu estranhei um pouco este número, porque passo todos os dias pela Marginal, e eu fiz uma estimativa em várias oportunidades e contei mais de 3.500 árvores pelo trecho que eu passo que é uma amostra bem pequena. Eu gostaria de saber o seguinte: quantas árvores nós temos plantadas lá que vão ser sacrificadas pelo projeto da Marginal? Você se lembra Regina desse número aproximado?

Cons. Marcos Moliterno: Acho que em torno de 4.200 árvores plantadas não é Regina?

Coordenadora Helena Magozo: Laurindo esse dado das 1.500 árvores que você citou, onde você viu?

Cons. Laurindo: O Diretor da DERSA, na reunião, ele disse que a DERSA tinha contado o número de árvores.

Cons. Marcos Moliterno: Laurindo, a DERSA tinha apresentado 1.200 e poucas arvores e o pessoal do DEPAVE, havia plantado e faziam manutenção de 4.000 e alguma coisa de arvores, então parece que foi acertado este número. Ficou valendo a contagem do DEPAVE.

Coordenadora Helena Magozo: Laurindo você chegou a ver o texto final do relatório?

Cons. Laurindo: Sim. Eu vi e me lembro inclusive desses números, enfim, havia divergências, 8.000 mil arvores alguma coisa deste tipo, mas eu ouvi dizer o seguinte que plantamos cerca de 40 000 mil arvores na Marginal Tietê nesses últimos cinco anos.

Cons. Regina Barros: A informação que nós tivemos é assim: a diferença está dando por conta do D.A.P (Diâmetro da Altura do peito), o DAP que foi considerado para o EIA RIMA é um, e esse levantamento da Cira (DEPAVE) é outro. Entretanto na LAP, nós colocamos uma exigência quanto a necessidade de rever o levantamento quando da autorização de manejo que eles devem solicitar ao DEPAVE. Eu tive notícia que a semana passada a DERSA deu entrada no DEPAVE com o novo inventário.

Cons. Laurindo: A minha preocupação é a seguinte Regina como eu passo todos os dias ali, como eu passo todos os dias ali fico olhando as arvores e eu observei que realmente o DAP está acima de 3 centímetros em quase todas elas, incrivelmente a quantidade de arvores que sobreviveram ao plantio que vocês fizeram, foi muito além daquilo que pelo menos eu estou acostumado a ver. Então deve ter talvez 15% ou 20% delas que tiveram mortalidade infantil, as outras estão lá e estão sobrevivendo. Então a impressão que eu tenho é que tem muito mais arvores do poderíamos imaginar. Eu pediria uma atenção especial para esse detalhe porque eu acho que vai ser um belo de um estrago realmente.

Coordenadora Helena Magozo: Laurindo inclusive dentro da Câmara Técnica, em algumas reuniões, participou o Luis Rodolfo Keller que é o Agrônomo responsável pelo plantio da Marginal, e que ele estava muito preocupado e atendo a esta questão que você está colocando. Então eu acho que isso é uma questão que vai ser olhada, acompanhada e consta nos relatórios, isso eu tenho certeza.

Cons Fernanda: É só para corroborar que a Secretaria do Estado do Meio Ambiente, fez uma manifestação para a Câmara Técnica, pedindo inclusive que esses cortes se necessários, sejam replantados na própria região. Eu acho que isso foi recepcionado pela Câmara Técnica e também pelo DECONT e nós vamos tentar fazer com isso seja cumprido.

Coordenadora Helena Magozo: Os conselheiros receberam material "Madeira Uso Sustentável na Construção Civil" que é um material, fruto de parceira da SVMA com o IPT. Com a palavra Moliterno.

Cons. Marcos Moliterno: Se me permite, são 26 Instituições.

Coordenadora Helena Magozo: Me desculpe. Por favor, atentem para as outras instituições também. Vamos passar para a Ordem o Dia que seria o item 1 Criação da Comissão Especial para regulamentar no Município de São Paulo a aplicação da Resolução CONAMA 402/08 que determina que os municípios devem estabelecer até dezembro de 2010, critérios para adequação dos cemitérios existentes em abril de 2003. Eu vou pedir para a Regina, Diretora do DECONT, contextualizar sobre essa comissão.

Cons. Regina Barros: Foi editada essa resolução do CONAMA, e ela determinava que os municípios deveriam estabelecer até dezembro de 2010, critérios para adequação dos cemitérios existentes em abril de 2003. A SVMA foi procurada por entidades que tem interesse nesse assunto e que cuidam dessa questão, e está sendo cobrada para estabelecer e definir esses critérios. Nós conversamos e achamos por bem que essa discussão fosse

trazida para o CADES, e que fosse criada uma comissão específica para este assunto e que começássemos a discutir esses critérios aqui no Conselho. Por quê? Porque em que pese o fato da Resolução 61/CADES/2001 que dá os procedimentos e relaciona os empreendimentos e atividades sujeitos a licenciamento ambiental pelo município, em que pese o fato de ter essa resolução, nós devemos e podemos fazer licenciamento dos cemitérios, em tese podemos fazer a regularização também, podemos fazer um T.A.C., e emitirmos uma L.O. (Licença de Operação) para todos eles. Essa atividade ela está listada no artigo 57 do Decreto Estadual que define as atividades que são consideradas fontes de poluição e cujo controle por lei estadual cabe a CETESB. Em que pese o fato de hoje termos outras atividades também, que estão listadas e que estão conosco. Então qual tem sido o procedimento do órgão municipal? Toda atividade, se ele tem um início de licenciamento no Estado, nós orientamos o empreendedor a continuar o controle pelo Estado, porque a Resolução 237 do CONAMA que fala sobre os procedimentos e licenciamentos, ela diz que ninguém é obrigado a licenciar em 2 níveis, então neste caso, nós sugerimos as entidades e conversamos com o Secretário em trazer essa discussão para o CADES, porque aqui nós temos representantes da CETESB, da SMA do Estado, então nós iniciáramos essa discussão por aqui. Agora, nós temos um problema, a resolução CONAMA diz que “os municípios devem estabelecer os critérios”. Então como é que o município estabelece os critérios e não tem autoridade para fazer o licenciamento? Essa é uma questão que teremos que superar nessa discussão, para podermos chegar a um entendimento. Para finalizar é importante ressaltar que a CETESB, a SMA do Estado, tenha representante nessa comissão, e sendo uma comissão ela poderá ter a participação de pessoas convidadas, ou seja, os de fora dos órgãos públicos. Então estaremos convidando a Célia Vada para participar, como membro da comissão. É isso.

Presidente em exercício Hélio Neves: Está presente aqui e gostaria de fazer uso da palavra o representante do Sindicato dos Cemitérios e Crematórios particulares do Brasil - SINCEP, o Sr. Ercy Cesar de Almeida Soares. Eu pediria que o senhor fizesse sua apresentação e em seguida abriremos para a os membros do Conselho, por favor.

Ercy Cesar de Almeida Soares: Peço desculpas pela falta de hábito protocolar, nunca participei de uma reunião como essa. O intuito do sindicato acompanhando a Norma 402 é se disponibilizar com informações, com assessoria, com o que for necessário para que a gente possa contribuir de uma maneira construtiva para que não só o município de São Paulo, mas outros municípios possam se preparar para isso, já que o tempo, como foi comentado, já está avançando e avança muito rápido, dezembro de 2010 está aí e São Paulo por sair na frente tende a ser o padrão que deve ser adotado no resto do país. Então nos colocamos a disposição no CADES, nos colocamos a disposição de entidades e se for possível participar da comissão, eu gostaria de indicar um participante, não sei exatamente como seria o procedimento, mas me coloco a disposição para contribuir de uma maneira construtiva. Muito obrigado.

Presidente em exercício Hélio Neves: Muito obrigado. Essa eventual participação do Sindicato será discutida pelos membros da comissão e pelos conselheiros, então está aberta a discussão para os conselheiros.

Coordenadora Helena Magozo: Está aberta para a fala e também para a inscrição na comissão. Conselheira Fernanda, por favor.

Cons. Fernanda: De ante mão, a SMA e a CETESB, infelizmente a representante da CETESB ainda não chegou, mas certamente a gente comporá essa comissão e eu acho que a exemplo de outras iniciativas que já temos com o município, como exemplo a aplicação do código florestal que acabamos de fazer um convênio, enfim, acho que é interessante a gente ter esse tempo de discussão e maturação, na câmara técnica, obviamente eu vou ver na Secretaria quem é o técnico mais qualificado para estar colocando a disposição com a gente. E a mesma coisa na CETESB. Mas nós estamos dentro dessa comissão e vamos trabalhar para encontrarmos um meio de ampliar e melhorar o controle dessas fontes de poluição

Coordenadora Helena Magozo: Então temos a Fernanda pela Secretaria do Meio Ambiente e a CETESB, já estamos colocando como inscritas, mais alguém? Francisco Calheiros da SNJ. Acho que através dos e-mails nós vamos ter a possibilidade de estar estimulando novas participações e, eu entendo que é importante que a maior parte das pessoas participe, porque está se concentrando muita participação em alguns conselheiros que acreditam que já estejam com o tempo totalmente ocupado para mais essa atividade

Presidente em exercício Hélio Neves: A comissão além de se debruçar sobre as questões técnicas, seguramente terá também que discutir a questão da definição de competência, se o órgão estadual ou municipal ficara com a competência de licenciamento deste tipo de estabelecimento, como a Regina e a Fernanda já adiantaram.

Coordenadora Helena Magozo: Vamos para o 2 ponto da ordem do dia que é A expansão do Parque Ecológico do Tietê como compensação à adequação viária da Marginal Tietê", e está aqui como nosso convidado para expor todo o tema e toda a contextualização dessa expansão dentro da questão da compensação que foi resultante do EIA da Marginal Tietê. Vou chamar o Assessor Técnico da Secretaria Estadual de Saneamento e Energia, o Sr. Rui Brasil.

Rui Brasil: bom dia a todos. Eu queria, em nome da Secretária Dilma Pena agradecer o convite do CADES nós já tivemos oportunidade de acompanhar aqui a reunião em que houve a manifestação para emissão daquela licença prévia dessas obras. E estamos aqui a convite do CADES para falar um pouco desse projeto e onde é que as compensações se inserem. Eu queria também informar que essa apresentação eu vou tentar fazê-la de modo mais breve possível, ela será dividida com o professor Ruy Ohtake, que está aqui presente, eu vou falar do conceito do projeto como um todo, não vou me deter na parte de arquitetura e urbanismo porque não precisamos aqui, adjetivar o professor Ruy Ohtake todos o conhecem. O projeto várzea é uma retomada da ação do poder público sobre esse espaço, que é vital para o rio e para a cidade.

Apresentação em tópicos:

Projeto Várzeas do Tietê

Os primeiros planos de retificação do rio tietê

Projeto de Regularização do Rio Tietê e Dique Marginal – 1893

Projeto de Melhoramentos entre Osasco e Penha – 1924 (Urbanização das Várzeas)

Retificação do Rio Tietê - Prefeito Prestes Maia - Década de 40

OCUPAÇÃO DAS VÁRZEAS E URBANIZAÇÃO DESORDENADA

Bacia do Alto Tietê e o ritmo da ocupação Mancha Urbana 1954

Bacia do Alto Tietê e o ritmo da ocupação Mancha Urbana 1973

Retificação do Rio Tietê – Década de 70 (Osasco até Barragem E. Souza)

Bacia do Alto Tietê e o ritmo da ocupação Mancha Urbana 1985

Bacia do Alto Tietê e o ritmo da ocupação Mancha Urbana 1985 e 2005

Inundações das Marginais do Tietê – Décadas de 80 e 90

AS PRINCIPAIS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS

Etapas do Projeto "Calha" Fases I e II e Piscinões

Principais intervenções estruturais "Calha" Fases I e II 1998 - 2005

FASE I – Ampliação da Calha do Rio Tietê – 16,5 km Barragem de Edgard de Souza– Barragem Móvel

FASE II – Ampliação da Calha do Rio Tietê – 24,5 km Barragem Móvel – Barragem da Penha

Plano Diretor de Macrodrenagem

Vazões nas seções da calha ampliada do Rio Tietê

Várzeas preservadas a montante da Barragem da Penha

A OCUPAÇÃO DA VÁRZEA A MONTANTE DA BARRAGEM DA PENHA

Ocupação da várzea a montante da Penha

Características da ocupação

O PROGRAMA VÁRZEAS DO TIETÊ

Primeira intervenção com foco na preservação das várzeas

O embrião do Programa VÁRZEAS DO TIETÊ

Objetivos Gerais do Programa

Objetivos Específicos do Programa

Identificação das Etapas e Área de Intervenção

Traçado Via Parque e Ciclovias

Núcleo Vila Jacuí (compensação ambiental DERSA)

Quantitativos e Compensações Ambientais da 1ª Etapa Área total de 21 km² (SP e Guarulhos)

Financiamento da 1ª. Etapa

Componentes e percentuais

Medidas realizadas

Medidas em andamento ou preparação

Arranjo Institucional (Fase Executiva)

Beneficiários

Benefícios

Ônus

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada Rui, agora eu pediria para o Arquiteto professor Ruy Ohtake vir fazer a exposição e após abriremos para os questionamentos.

Ruy Ohtake: Eu queria fazer algumas colocações, antes de mais nada. Eu acho que o urbanismo ele tem mais sentido quando ele está à frente dos acontecimentos. O urbanismo quando ele fica à posterior na correção das coisas ele vira um bombeiro urbanístico, acho que não é bem esse o papel nosso de arquitetos urbanistas. E faz parte desse papel nosso, sensibilizar o poder público para que o urbanismo esteja sempre a frente e também conseguir dialogar com os beneficiários que são natureza e questões sociais. Em 1974 eu era um pouco mais do que recém-formado, quando a canalização do Rio Tietê, entre o Cebolão da Cidade Universitária até a Penha já estava concluída, já havia o projeto básico para continuar a canalização da Penha até Mogi das Cruzes, e nós fomos chamados porque o rio nos trechos mais meandricos, é fácil imaginar, a canalização passa pelo meio, então nos meandros formam-se pequenas ilhotas, então o poder público, especificamente o Governador da época Paulo Egídio Martins, ele nós chamou para ver o que seria possível fazer nessas pequenas ilhotas, resultantes dos meandros, interceptados pela canalização, pequenos campos de futebol, pequenas áreas recreativas, então eu disse a ele que como paulistano e como arquiteto, eu não podia ser a favor da canalização. Eu acho que a canalização foi um dos maiores equívocos urbanísticos na Cidade de São Paulo, então eu disse ao governador "eu não posso concordar com a continuidade da canalização, e muito menos no tratamento das ilhotinhas que sobram da interseção do canal com os meandros. Então eu propus, primeiro que o rio tem que ser valorizado, e tentar evitar fazer a canalização. E evitar a canalização, é prestigiar e recuperar a paisagem do rio e a fazer com que a várzea fosse destinada ao paisagismo, arborização, plantio, reflorestamento de alguns casos muito necessários e atividades recreativos sociais porque a Zona Leste já naquela ocasião em 1974 se apresentava com condições de muita precariedade social e urbana, não havia ainda evasões, em São Paulo, 1974, praticamente não havia favelas, ainda e fizemos então, projeto no parque Tietê. Em 1976 uma espécie desse projeto foi concluída na tentativa de urbanismo a proposta antropomórfica, passar a frente dos acontecimentos e não como bombeiro como eu já disse. A minha proposta foi aceita e o governador fez um decreto de utilidade pública da Penha até a nascente. Quando houve a implantação do projeto estava terminando a gestão do governador, então a primeira parte que foi chamado Parque Ecológico do Tietê, a implantação foi terminada, naquela época ela foi mal utilizada, porque ela foi transformada na Rodovia Airton Senna. E o projeto parou, o decreto de utilidade pública caducou, e com isso foi interrompido e daí em diante a situação social do país se agravou, e houve as invasões, então o estrangulamento na várzea se verificou principalmente no final da década de 70 e 80 a ocupação de toda aquela parte, ou seja, aquela região do final do município de São Paulo, e começo dos municípios de Poá, Guarulhos e Itaquacetuba. E decorreram-se de 1974 ou 1975 até dois anos atrás, quando o Governador de então José Serra, nos chamou para ver se seria possível uma atualização do projeto parque. Então nós retomamos o projeto e nas visitas por terra e alguns sobrevôos, verificamos a grande invasão nessas duas últimas décadas, resultado das condições sociais muito precárias do país. Retomamos com todo entusiasmo, esforço e vontade, para a gente conseguisse recuperar o que fosse possível do projeto original do parque Tietê. E por experiência anterior, acho que o limite que ajuda a estabelecer e consolidar o parque, é o viário. Existem também outros objetos que é a recuperação da paisagem, dar um suporte possível para as comunidades sociais que se implantaram de uma forma muito precária ao

longo, e perigosamente, debruçando em cima do rio. Introduzimos via para automóveis e para bicicletas. Para finalizar, na época 1974/75, surgiu muita discussão com relação ao nome ecológico. Eu me lembro muito bem que na ocasião, a equipe que nós formamos para desenvolver o projeto, e a palavra ecologia, foi discutida entre nós, e nos pareceu que seria apropriada entender a ecologia, como a “ecologia urbana”, não ecologia como santuário de proteção para flora e fauna, mas ecologia no sentido urbano de fazer com que a parte urbanística tivesse condições de preservar e se desenvolver um projeto adequado. E o nosso projeto, na verdade, nós entregamos o conjunto formal do contrato em março último, mas ainda não terminamos porque a todo um trabalho de compatibilização entre um projeto definitivo e o da Via Parque. E eu vejo o Rio Tietê algumas décadas para frente, como um vetor turístico adequado as condições do rio para as margens, as paisagens, etc. Veremos agora as imagens disso tudo que nós falamos.

Apresentação em tópicos:

Programa Várzeas do Tietê:

Localização do Parque Tietê

Projeto do Parque Ecológico do Tietê – situação em 1976

Evolução da Área Urbana

Situação Atual de Ocupação da Várzea e da APA

Delimitação do Parque

Pontos de Partida:

Objetivos do Parque Tietê

Eixos de Intervenção

Via Parque

Município de São Paulo - Núcleos

Município de São Paulo – Áreas com Remoções

Área do Parque Tietê e População Diretamente Beneficiada.

Coordenadora Helena Magozo: Eu pediria que o professor Ruy Ohtake e o Rui Brasil viessem compor a mesa para receber indagações dos conselheiros. Vamos para as inscrições. Laurindo, Badra.

Presidente em exercício Hélio Neves: Antes de abrir a palavra, eu gostaria de fazer alguns comentários. Desde que iniciamos em 2005 na Secretaria e até hoje estamos procurando aperfeiçoar, incrementar, organizar, ação de fiscalização para impedir ocorrências de crimes ambientais. Alguns dos maiores desafios nossos, tem sido proteger a região de Mananciais e proteger essa região. Nesta região tem sido o pior desafio que temos para lidar com ocupação irregular com crime ambiental. Conforme foi apontado aqui inclusive, o conluio entre os que depositam entulhos ilegalmente e as imobiliárias ilegais que vendem terrenos criados na várzea anteriormente impossível de ser ocupada é uma coisa impressionante e é extremamente difícil lidar com essa situação. Temos tido sucesso na ação coordenada entre o DECONT, Núcleos de Ações Descentralizadas, Subprefeituras, e o

Estado, para conter invasões na região sul, mas nessa região tem sido particularmente difícil lidar com isso, porque a zona urbana está muito colada na Várzea do Tietê, a associação de organizações que criminosamente ocupam essa região, criando terrenos e vendendo terrenos, é uma coisa impressionante porque os caçambeiros depositam alguém faz os pagamentos, faz a demarcação dos lotes, e vende esses os lotes. Essas ocupações são projetadas, programadas, basta você olhar os terrenos e reparar que não são terrenos de favelas que se ocupam de maneira desordenada, são terrenos com arruamento inclusive, não é nada com baixo nível de organização. E das vezes que trabalhamos com essa região, na tentativa de coibir a ocupação, o lançamento ilegal de entulho, isso se mostrou de uma maneira bastante difícil, inclusive trabalhamos com uso de helicóptero para tentar flagrar os caminhões, eles desaparecem na paisagem, é uma coisa impressionante, por muitas vezes não conseguimos encontrá-los. Crime organizado com armas de fogo, inclusive inibindo ações dos nossos fiscais. Diante disso, que ao se apresentar essa discussão, da Marginal e de se pensar como lidar com a compensação para essa região, saltou imediatamente a discussão na Secretaria, a hipótese de pensarmos como podemos ajudar junto com o Estado, nos ajudarmos mutuamente, para priorizar essa região, que ao ser beneficiada, beneficia o Rio Tietê como um todo. A Zona leste da cidade evidentemente será beneficiada, e podendo se tornar um importante espaço de turismo ecológico, ambiental, de contemplação, de passeios intensos, inclusive. Mas eu acho que quando propomos como compensação principal além daquela do entorno do próprio Tietê aqui na região urbana da cidade aonde vai sofrer a intervenção, iniciar com a implantação da Estrada Parque, vai neste sentido de cravar uma marca definitiva de "Daqui para cá, não se ocupa mais, daqui para cá se inicia um processo que será seguramente de muitos anos, não é um projeto para poucos anos, um processo longo evidentemente, mas que se inicia na parte que nos diz respeito ao Município de São Paulo, com uma remoção programada das ocupações em áreas de maior risco, porque as desocupações têm tanto um caráter de proteger o Rio, quanto também as pessoas, porque tem ocupações que são de risco elevado do ponto de vista da segurança das pessoas. Então a definição desta compensação como uma compensação mais importante que podemos ter, com relação a implantação da Marginal, nos parece que é bastante correta, adequada, necessária porque ela nos dá uma capacidade de intervir, de proteger, de recuperar e de fazer daquele espaço, que hoje é um espaço degradado que ninguém vê como um espaço interessante da cidade, passando a ser progressivamente uma região muito importante do ponto de vista ambiental, do ponto de vista do turismo, do ponto de vista de qualidade de vida para as comunidades do entorno. É claro que ter um projeto que vem sendo maturado há mais de trinta anos, pelo professor Ruy Ohtake e equipe que trabalha com ele, e os demais que trabalharam e continuam trabalhando essa questão, ajuda muito porque é um ponto de partida fantástico, sem contar com os estudos que vêm sendo aprimorados, aprofundados e detalhados a tanto tempo, e que seguramente nos dão um ponto de partida muito interessante. Então está aberta a palavra.

Cons. Laurindo: Meus parabéns ao projeto. Quiçá essa mesma visão tivesse sido adotada no Projeto Marginal que assistimos na última reunião do CADES. Marginal porque ele deixou a cidade à direita, se ignorou não é? E porque considerou o rio também a sua margem a esquerda como marginal ao projeto, não levou em conta nenhuma coisa, nem outra, nem a cidade e nem o rio, o projeto da Nova Marginal. Esse, ao contrário, ele encara a coisa de uma maneira completamente diferente. O Tietê é um rio que viu a cidade nascer, que viu o próprio país nascer, pelo fato que ele corre contrário ao mar e isso é singular no planeta

inteiro não é? Têm meia dúzia de rios que fazem isso. E é por isso que o Tietê teve a importância e São Paulo nasceu ao lado dele. Então eu acho que esse resgate da maneira ampla e tão profunda que está sendo feito, eu acho que é uma coisa muito significativa não só para a cidade, mas para o país inteiro, estamos preservando uma história que nós próprios deixamos perder e o senhor disse que o projeto é multidisciplinar, embora ele ainda não esteja completo evidentemente, apesar dos 30 anos, ele foi retomado agora então, é nesse sentido que de que ele não foi concluído, eu me permitiria fazer algumas observações, porque acho que elas são significativas para o desenvolvimento futuro do projeto. O senhor levantou uma questão que é fundamental. A ecologia, segundo os professores que o senhor citou consideraram que o projeto é de ecologia urbana, e, portanto, seres humanos fazem parte do projeto, então pelo número de desapropriações, são 3.500 quase, mostra-se claramente o que isso significa, e o fato de que a ecologia que está sendo considerada, ela é essencialmente urbana é que eu queria lembrar o seguinte: o senhor citou o Rodoanel, cruzando o parque, mas na verdade não é só o Rodoanel que vai cruzar, eu queria citar alguns outros projetos nos quais estamos particularmente participando e que de certa forma vão afetar o seu projeto e ao invés de afeta-lo no sentido negativo, poderiam eventualmente estar sendo revertido o impacto negativo, e transformá-lo em alguma coisa positiva para que as pessoas tenham acesso ao parque por isso me permita citar. A antiga Linha F da CPTM, que o senhor citou também, ela teve várias estações reconstruídas e algumas estações mais serão construídas, essa linha está sendo um sucesso de público e de bilheteria também, as pessoas passaram a pagar o trem porque ele se tornou bom, e a demanda cresceu também, e, portanto aquela região ela deve uma sofrer influência do fato de que a ferrovia foi resgatada e está sendo muito bem resgatada, então isso vai inevitavelmente afetar os 33 centros que o senhor citou que estão sendo revitalizados. Mas não só isso, não só a Linha F, mas, a Prefeitura tem um projeto do Expresso Celso Garcia, que vai tocar o parque em várias dessas estações da Linha F, e, portanto ela vai impactar também de alguma forma o teu projeto. Além disso, cruza o parque, um projeto do Governo do Estado que está com edital aberto, que é um corredor de ônibus, vindo do Tucuruvi passando por Guarulhos, inclusive pelo Aeroporto, cruzando pelo Bairro dos Pimentas, e atravessando o teu projeto, vindo até o Lago São Matheus e constituindo aí, um anel de ônibus metropolitano ao longo de toda Zona Leste. O Expresso Aeroporto cujo edital também está aberto da CPTM, que vai cruzar o teu parque e a Engenheiro Goulart naquela região, portanto de alguma forma vai impactar, se bem que ele vai fazer o cruzamento de forma aérea. O Rodoanel como o senhor disse, mas não só o Rodoanel, mas também a nova Avenida Jacu Pêssego, não só a construção da ponte impacta diretamente o teu projeto, mas a continuação dela por mais 13 km que deve ocorrer ao longo deste ano e do ano que vem, portanto são projetos muito eminentes de acontecer junto com a inauguração do Rodoanel Arco Sul, de fato o senhor vai ter o Rodoanel cruzando, provisoriamente, definitivamente por muitos anos o teu projeto, antes que o Rodoanel Leste venha ser construído porque também impacta o teu projeto mais 10 km à frente. Além disso o Governo do Estado também está anunciando, como discutimos na reunião passada no CADES, o projeto da Hidrovia, que também numa fase posterior, passa pelo meio do parque e, portanto de alguma maneira cruza todas as suas intervenções. Embora a hidrovia metropolitana, ela preveja os 41 km que o Rui citou, antes, vindo desde Edgar de Souza até o Cebolão e depois do Cebolão até a Barragem da Penha, isso praticamente está pronto, com exceção da sinalização, mas depois da Barragem da Penha, já se prevê então, a construção de uma nova eclusa ali para poder ultrapassar o desnível e avançar daí para frente, até talvez Taiacupeba, mais para frente e assim por

diante. Então existem projetos e esses projetos estão sendo discutidos nesse instante exatamente não é? Além disso, há um projeto que, aliás, está aqui no CADES, o EIA RIMA dele, que é a Estrada do Iguatemi, que cruza não exatamente o teu parque, mas a continuação dele que é a Dom João Nery, ela via cruzar o teu parque, ela via chegar até ele. Então ela está entre a Avenida Jacu Pêssego e o Arco Leste do Rodoanel, então é um projeto também que de alguma forma de transporte de trânsito que vai afetar o teu projeto. Acho que mais significativo do que isso tudo, talvez porque a longo prazo, ele venha a produzir impactos que são muito grandes é a implantação de plataformas logísticas exatamente nesta região, de Itaquacetuba e do focinho do Cachorro de São Paulo, ali exatamente onde está o seu parque, pela junção das ferrovias da hidrovía e do Rodoanel, aquela região tende a se tornar talvez o principal pólo logístico de São Paulo e a tendência nossa é que grandes instalações quase que cidades logísticas sejam transferidas para aquela região, isso já começou acontecer, isso já está acontecendo. Nos jornais da semana passada uma das grandes empresas de logística já anunciaram a construção desses empreendimentos ali naquela região. A Prefeitura também tem um plano incentivado por lei, aprovada a um ano e meio atrás que vai levar para o eixo da Avenida Jacu Pêssego entrando com 29 milhões de metros quadrados ali, entrando exatamente sobre essa região, do Jardim Helena, Jardim Romano e assim por diante. E ao longo de toda Avenida Jacu, na região do Iguatemi, o incentivo para transferência de empresas que teriam inclusive parte dos investimentos feitos, ressarcidos em troca de impostos, em troca de tributos municipais, ou seja, aquela região toda deve sofrer alterações muito significativas e que, portanto vão transformar o teu projeto, vão potencializar o teu projeto, vão permitir que aquela população como sendo diretamente beneficiada, ela se multiplique por várias vezes, eu acho e que também vai ser uma coisa muito significativa. A chegada de meios de transporte modernos também vai impactar o teu projeto no sentido de permitir que a cidade toda possa usufruí-lo de uma beleza natural como aquela. Então esses aspectos de trânsito e transporte são projetos que estão na rua agora, estão sendo desenvolvidos, projetos executivos inclusive sendo desenvolvidas, quando não, as próprias obras, acho que precisaria de certa forma oxigenar um pouco, no bom sentido, a tua visão de 30 anos atrás, porque houve um crescimento muito significativo. O último aspecto me permita professor, levantar. Existe um estudo da FAU, da USP, feita na região de Cidade Tiradentes, de Jardim Ângela e de Brasilândia, são regiões que têm uma semelhança muito grande com essas que o senhor citou o Jardim Helena, o Pantanal, o Jardim Romano, assim por diante, onde prevalece o que se chama de "arquitetura do crime". "Arquitetura do crime", não é muitas vezes aquela beleza que o Hélio acabou de levantar, ela é naturalmente desorganizada, então as pessoas ocupam os espaços de tal forma, que ela beneficia a presença do crime, ou seja, o sistema viário ele se torna inacessível. Os senhores vão remover 3.500 famílias mais ou menos e vão transferir essas pessoas, como o senhor disse, para a própria região, o que é muito bom. Observar esse tipo de coisa, já que a ecologia é urbana, porque não tentar corrigir essa "arquitetura do crime" que está instalada de fato naquela região e que tem uma relação muito grande com o fato de que não existe trânsito fácil, e não existe transporte naquela região. Então esses são aspectos negativos que se realimentam e que prejudicam seu projeto. Na medida em a gente vai mexer ali, o que a gente puder fazer para que se melhore o acesso por transporte, o acesso viário, isso por sua vez traz uma maior preservação do ambiente, uma maior facilidade de educação das pessoas e assim por diante e um resgate social dessas famílias que moram ali em condições absolutamente precárias. Então são sugestões que nós gostaríamos de fazer para que seu projeto leve em conta essas coisas que são novas e leve

em conta aspectos que vêm sendo estudados recentemente e que vem se comprovando como sendo altamente significativos para conseguir maximizar os resultados de projetos urbanos. Muito obrigado.

Cons. Jorge Badra: Bom dia a todos. Queria cumprimentar o nosso Secretário Eduardo Jorge, os demais conselheiros, cumprimentar o Rui que já tem uma folha de serviços prestados aqui no Estado de São Paulo, está sempre a frente dos grandes desafios. E eu tenho a impressão Rui que esse vai é o maior desafio da sua vida profissional a frente do DAEE, com esse projeto que para mim não é uma compensação ambiental, eu acho que vai ser referência inclusive não só para o Estado de São Paulo, mas para outras cidades brasileiras também. Cumprimentar o professor Ruy Ohtake também que tem essa visão humanista do rio que está incorporado ao nosso cotidiano, eu acho que essa visão é muito boa, pena que os governos anteriores não tiveram essa sensibilidade suficiente para poder complementar esse projeto, mas, de qualquer forma parte dele está lá, e realmente para quem não conhece o Parque Ecológico do Tietê, vá conhecer porque realmente vale a pena ver o que já está pronto. Rui, eu tenho uma dúvida, eu vi na sua apresentação que fala em duas mil famílias, na apresentação do professor, fala em três mil trezentas e cinqüenta e seis famílias, a pergunta é muito simples. Você vai mobilizar aproximadamente 12.000 pessoas. Quero saber se no projeto que você apresentou lá no BID, aqueles recursos, se está contemplado essas unidades habitacionais? Porque se não estiver contemplado essas unidades habitacionais você vai ter outro problema, além daquele que você mostrou do pessoal que está jogando o entulho, e por omissão do poder público, o pessoal continua fazendo, embora por maior esforço que possa o Secretário Eduardo com a sua equipe fazem aqui na SVMA, o Estado também tem feito a sua parte, mas quando passamos na região, vemos que todos os dias aquilo continua, quando não o cidadão pega e joga caçamba no meio da Marginal e isso é todo dia. Então até a título de sugestão sei que não faz parte do teu projeto, mas que tal monitorar esse fluxo dessa via que você está projetando, que vai ser uma obra bonita de arquitetura, porque do monitoramento? Nós vamos ter esse mesmo problema, é uma questão cultural, eles continuam jogando de madrugada como se fosse uma coisa normal. Vemos isso, na Marginal do Pinheiros, na Marginal do Tietê, e está aqui a Diretora do DECONT, que pode dizer, muitas vezes não se consegue nem autuar. Se nesse projeto pudéssemos contemplar sistema de monitoramento em tempo real que se pudesse inclusive flagrar a placa, como é hoje o sistema de radar, a placa do cidadão para que fosse encaminhado ao DECONT, para efeito de autuação seria importante.

Cons. Giovanni: Bom dia a todos. Professor Ruy parabéns pela apresentação. Rui parabéns também pela apresentação. E minhas considerações são duas e bem rápidas. Ruy tem um projeto de paisagismo ao longo da Marginal Tietê, ao longo dela toda, não especificamente nesse trecho da compensação, mas ao longo da Marginal é um projeto que se não me engano é da Rosa Klías. Poderíamos verificar a possibilidade de esse projeto implantar-se já. Ele traria paisagismo ao longo deste trecho, que temos mais visível, onde a obra seria efetivamente colocada, claro que isso depende de recurso, talvez pudéssemos estudar essa viabilização. Esse projeto tem algumas dificuldades, porque trechos da canalização do córrego, foram, vamos falar assim, impermeabilizados, seguindo a tecnologia de concreto projetado, ele está concretado, existem tecnologias alternativas, eu não sou especialista, mas, poderia se estudar, perfurando regiões para tentar dar um caráter um pouco mais verde ou permitindo que vegetações específicas, ao se criar aberturas ao longo das margens concretadas, claro sem prejudicar a especificidade técnica, então esta seria a primeira

observação objetiva nesse sentido. A segunda é mais sobre o caráter de planejamento de macro drenagem da cidade, que você ponderou. Talvez você pudesse Rui explicar, ou nos informar de como é o mecanismo da participação da Cidade de São Paulo, nas decisões estratégicas de macro drenagem em que a cidade acaba tendo que ser regida por esse plano diretor em que o DAE, contratou. O DAE ao contratar um plano diretor, ele acaba decidindo soluções, como por exemplo, piscinões, canalizações, etc., e, que talvez a gente precisa se entender melhor, como é que fica a decisão, ou a participação na decisão de cada município, ou particularmente? Eu vou lhe adiantar que eu não sou um fã incondicional dos piscinões, mas para os reflexos do que eles têm trazido para a Cidade de São Paulo, os custos de manutenção, os problemas com as cidades vizinhas que não cuidam adequadamente das suas proteções de imagens, então o assoreamento acaba criando aqui, e nós é que pagamos a conta da limpeza. As imposições de novos piscinões que para nós criam outros problemas, então talvez a decisão de drenagem ou das soluções de macro drenagem no Estado de São Paulo, se pudesse nos informar a participação, as vezes ele está vinculada a uma só secretaria, talvez a Secretaria de Infra Estruturam. Eu não sei como é que está a participação da SVMA e de outras secretarias, porque as soluções no meu entender talvez fossem mais amplas do que estas mais estruturalistas, vamos dizer assim que a gente possa colocar. Então são essas as considerações, obrigado.

Cons. Ros Mari: Bom dia professor Ruy, parabéns pela sua apresentação. Eu vou fazer uma questão bastante breve. Resgatando um pouco o que o colega anterior falou, da macro drenagem da cidade, nós estamos enfrentando um problema bastante grave de mudanças climáticas urbanas, além das chamadas mudanças climáticas de ordem global e planetária, a questão da mudança climática urbana com o surgimento das ilhas de calor, os cânions de vento e daí para frente, é uma realidade. Hoje São Paulo, por dados que são constatados cientificamente pelo próprio Instituto Astronômico e Geofísico da USP, tem ao longo do tempo, aumentado a sua temperatura, diminuído a sua umidade do ar, o que vem ocasionando a presença de eventos mais freqüentes, mais intensos, em menor intervalo de tempo. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer com isso que hoje, quando nós trabalhamos com mapeamento de risco na cidade, se o senhor for trabalhar professor, com o mapeamento que foi feito a uma tempo atrás, o senhor vai ver que os níveis de risco baixo, médio e alto, estão se alterando, o que era médio, passa a ser alto, e o que era riscos baixos, estão mais sérios ainda. Esses mapeamentos hoje existem, até porque a cidade tem um plano preventivo de defesa civil, que pega toda região da Cidade de São Paulo, Vale do Paraíba e Baixada Santista. A minha pergunta é a seguinte: considerando essa questão futura dos efeitos que essas mudanças climáticas urbanas vão ocasionar, não lhe parece professor, que nós deveríamos estar fazendo um trabalho da perspectiva preventiva, inclusive de sermos mais generosos e ampliarmos o limite desses espaços de várzea, naquilo aonde for possível e garantindo efetivamente a não ocupação, mas talvez considerar até a ampliação desse limite com o qual o senhor está trabalhando no chamado Projeto Várzeas do Tietê? Eu digo isso, porque obviamente as mudanças climáticas urbanas já são um fato. Se a gente for trabalhar com dados científicos, a gente já percebe que isso vem ocorrendo e na medida em que tanto se fala na questão da mudança climática, dos cuidados preventivos da ética com o futuro que nós devemos ter em relação a nossa cidade, será que nós não deveríamos nos aproveitar disso, e trabalhar até com dados indicadores permitindo não só a exigência da garantia da não ocupação de parte do poder público naquilo que já foi fixado, mas até ampliar naquilo que seja possível. É óbvio que o senhor ali trabalha com limites de

áreas ocupadas já pela própria urbanização e não é nenhuma pretensão se colocar como proposta de se fazer mais realocações do que já está previsto. Mas, talvez existam determinadas outras áreas, eu confesso, sou ignorante, não conheço o projeto em profundidade onde à luz desta nossa preocupação preventiva e de ética com relação às mudanças que vão ocorrer, poder-se-ia até trabalhar talvez com limites mais generosos. É só uma reflexão de momento, mas talvez isso seja um argumento, uma justificativa e um pressuposto para fazer sensibilizar o poder público e a própria sociedade civil organizada da importância não só da manutenção do que já está contemplado mas até da ampliação naquilo que for possível, obrigado professor.

Cons. Antonio Cunha: Há muitos anos atrás conversando com um urbanista a respeito de como ele faz para implantar uma praça pública do tamanho de um quarteirão, a respeito de uma questão prática porque havia um grande galpão, esse galpão foi demolido para implantação da praça pública. Então como ele faz. Derruba todo o galpão limpa toda área, e deixa aquela área limpa durante 2 anos. Por quê? Porque é simples, quando as pessoas verem aquela área vazia, o cidadão vai cortar caminho justamente por esse quarteirão livre não é? Daí durante 2 anos as pessoas vão cortando caminho e formando as trilhas no quarteirão daí é simples, depois de ele ver de cima, tem aquelas trilhas com aquela cor mais clara, e o restante com a cor mais escura. É simples, onde tem a cor clara eu faço calçada e onde tem a cor escura eu planto grama e as árvores não é? Então vendo esse projeto, espetacular, magnífico, de nível internacional, a luz do que o nobre companheiro explicitou de projetos viários e urbanísticos que vão espetar este projeto de tudo quanto é lado não é? Não mutilar pegar pedaço, passar por dentro, passar por cima, por baixo. E eu fico pensando o que vai sobrar desse projeto? A indagação que eu ponho é a seguinte, quem vai resolver esse problema, e agora? Está o problema na mesa.

Cons. Alejandra: Agradeço ao Rui Brasil e ao Ruy Ohtake por terem aceitado o nosso convite. E eu tenho dois pontos. O primeiro ponto é saber que ações são necessárias para viabilizarmos a compensação, e como estão às desapropriações? Porque se a Via Parque será a compensação expansão da Marginal, precisamos ter equacionado essas questões de desapropriação e de realocação de algumas famílias. E o segundo ponto que o Badra levantou é a questão da realocação das famílias e da necessidade de recursos para podermos fazer isso. Eu gostaria de destacar que tem o “Programa Minha casa minha vida”, que é fato, existe dinheiro, e na semana passada eu fui a um seminário onde as COHAB’s colocaram as carências de áreas para aplicar esses recursos e principalmente em São Paulo. Se o projeto já está identificando áreas passíveis, acho que tem agenciar o CDHU, a Secretaria de Habitação Municipal, indicando essas áreas, porque o dinheiro supostamente está aí para ser usado, não é? É só isso.

Cons. Dirce: Eu gostaria de cumprimentar, é um projeto que mostra para todos que através de ações integradas em vários níveis de governo, e até várias prefeituras, consegue se preservar uma área que para nós é estratégica. E eu queria saber um pouco da estrutura do pavimento da Via Parque, porque existem alternativas de uso de materiais reciclados até o agregado reciclado proveniente desse entulho de obras, que está lá criminosamente aterrando a várzea. Então usar esse agregado para estabilizar o subleito, para reforço, usar o material também proveniente dos programas de recapeamento, a fresagem dos programas de recapeamento da Prefeitura nas bases e o revestimento drenante. Porque a via além de ela preservar essa área, ela em si, já seria um símbolo de material ambientalmente

amigável, de um material que também servisse para a preservação, impedindo esses entulhos de irem para áreas de disposição de resíduos. Só isso.

Cons. Sourak: Bom dia a todos e quero dar parabéns pelas apresentações. Na realidade a minha questão que são duas e são bem simples. Nós observamos que esse projeto é um projeto que há uma intervenção do Estado e que essa intervenção é muito salutar e já envolve anos de dedicação a esse projeto e que nós vemos faixas de ocupações irregulares como já foi colocado aqui. A minha pergunta é: porque nós não aproveitamos esse projeto para restabelecer as faixas de fato, colocadas como áreas de preservação permanente pela legislação? Porque isso daí é um fato, as ocupações foram feitas pós Código Florestal, e o Código Florestal ele tem faixas que são colocadas claramente como faixas de várzeas, e que essas faixas devem ser preservadas. A outra questão é que eu não sei se vai haver manuseio de fauna no projeto. Recentemente o IBAMA teve um probleminha com o RODOANEL, e eu acho que seria de bom tom antecipar essa questão, se houver de fato, e tratar com o órgão sobre o manuseio de fauna, ou seja, a autorização para resgate de fauna e manuseio. Obrigado.

Presidente Eduardo Jorge: Eu peço desculpas por chegar atrasado, mas estava em uma reunião a pedido dos Subprefeitos na Zona Leste, já agendada a algum tempo, com a Secretaria de Serviços para tratar do entulho naquela região, e esse era o único horário que SES tinha para nos receber, então me atrasei e perdi as exposições. De toda forma quero em primeiro lugar agradecer a presença de vocês, atendendo ao convite do CADES e estender o agradecimento a Secretária Dilma Pena, da Secretaria de Energia e Saneamento, que é a pessoa que vem liderando o processo dentro do Governo do Estado já há algum tempo. E a primeira vez que a SVMA teve contato com esse projeto, foi em uma reunião quando nós estávamos discutindo a questão dos Parques Lineares, em 2006. E aí nós tivemos uma exposição do Ruy Ohtake, do projeto original, do Governador Paulo Egydio Martins, que é dessa época que o projeto foi elaborado, só que o governador que o sucedeu, inaugurou o Parque Ecológico do Tietê, e mandou parar o restante para construção de rodovia em direção ao Vale do Paraíba. A rodovia é útil, mas o tempo demorado do projeto foi muito danoso porque possibilitou a invasão progressiva, principalmente na cidade de São Paulo, Guarulhos, Itaquacetuba, apoiada por partidos políticos, deputados que se elegeram com essas invasões, etc. Agora, essa exposição na Prefeitura de São Paulo, expressa na Operação Defesa das Águas em defender os mananciais, Zona Sul, Zona Norte, Zona Leste, tem esse editoramento muito conseqüente, que é a retomada pelo o Governo Estadual em colaboração com as prefeituras do Projeto do Arquiteto Ruy Ohtake. É claro que passado tanto tempo, a parte dele teve que ser refeito, e o Governo Estadual teve que recontratá-lo para refazer e adaptá-lo a realidade de invasões muito consolidadas e que precisam de alguma forma conviver com o novo projeto. Não dá para retirar todas as invasões que já foram feitas no local para retornar o projeto original. Mas a minha intervenção será dois aspectos. Primeiro a questão das mudanças climáticas, eu volto a um ponto que eu tenho colocado aqui no Conselho, que o Prefeito Gilberto Kassab mandou a um ano atrás, o projeto 530/08 que é o projeto mais importante, hoje em tramitação na Câmara Municipal. São 50 artigos, 100 incisos, parágrafos. É uma consolidação de um ano e meio de trabalho entre a SVMA, da Fundação Getúlio Vargas, o ICLEI e entre várias secretarias municipais, que coloca a Cidade de São Paulo, como uma das poucas cidades no mundo, do Brasil e talvez a única, que tem um plano configurado numa lei par enfrentar esse problema. É um problema socioambiental mais grave da humanidade que é o aquecimento global, os dois aspectos, da

mitigação e da adaptação. O projeto foi aprovado em primeira votação por unanimidade na Câmara Municipal, e agora está para receber emendas sob responsabilidade do Vereador Police Neto para a segunda votação. Nesse caso, tem esse projeto na Várzea do Tietê. Nesse caso qual a ligação desse projeto com o projeto 530/08? É porque na parte de adaptação, para a Cidade de São Paulo e para a região metropolitana, o caso mais grave de adaptação é justamente o combate as enchentes e as conseqüências econômicas e humanas que as enchentes têm na nossa cidade. Essa pode se uma das conseqüências mais graves da questão do aquecimento global aqui na Cidade de São Paulo. E esse projeto é um projeto fundamental para você preparar a cidade, e a região metropolitana de forma adequada, entre outros aspectos do projeto para o capítulo da adaptação as mudanças climáticas. Você conseguir manter e até ampliar em alguns locais as várzeas do Tietê, como uma forma muito mais eficiente, e fazer o controle e essas possíveis enchentes. A SVMA e as subprefeituras vêm trabalhando em outra área mais micro que é na questão dos parques lineares. A Alejandra tem coordenado esse processo, alguns deles já foram entregues e cerca de 20 estão em andamento. São alguns pequenos e alguns são até grandes, porque em Parelheiros, na fronteira da Cantareira alguns deles têm um milhão, um milhão e meio em metros quadrados, mas nas áreas mais habitadas são menores, são pequenas. Então isso se completa e mostra que a Cidade de São Paulo, apoiada pelo governo do estado tem se movido de forma conseqüente nesta questão das mudanças climáticas no capítulo da adaptação. Recentemente houve uma grande divulgação pela TV Globo, de um parque linear no centro de Seul, todo mundo deve ter visto, eu não vi, mas na minha casa todo mundo viu e me perguntaram: Por que você não faz aqui o mesmo? Bom, primeiro nós estamos fazendo porque o parque de Seul é muito lindo, muito maravilhoso, mas são 6 km, é um córrego e só trabalharam aquele córrego. Todos os afluentes do córrego não foram trabalhados. O rio Han que é um rio semelhante ao nosso, é um pouco maior do que o Rio Tietê e do Rio Pinheiros agora é que eles estão começando a fazer um trabalho mais definitivo, no entanto, eles fazem bem e é bacana que seja feito porque esse é um conceito importante, um trabalho de divulgação no mundo inteiro, outros já fizeram isso também na Inglaterra, no Canadá, na França tem projetos desse tipo de muito mais tempo, mas esse de Seul é o que está tendo mais divulgação recentemente. Eu quero dizer que esse projeto do Governo do Estado é do ponto de vista da amplitude, muitas vezes maior do que esse que foi feito na capital da Coreia, muitas vezes maior e de importância para a região metropolitana, assim é muito importante que o Governo do Estado realmente apoiado pelas Subprefeituras vá adiante, não esmoreça nessa tarefa que é uma tarefa realmente gigante. Eu não conheço nenhum outro projeto desse porte no mundo inteiro, dos que eu tenho visto de projetos de parques lineares eu não conheço outro desse porte. Do ponto de vista ambiental é óbvia a importância, do ponto de vista humano é óbvio a importância mas do ponto de vista econômico a recuperação que vai ser possibilitada do ponto de vista econômico de todo aquele eixo que vai de Ermelino Matarazzo até Salesópolis as possibilidades econômicas de atividades econômicas que isso vai propiciar desde o turismo até o acesso facilitado para outras atividades deve ser levado em conta também. O outro aspecto que eu quero colocar, porque está ligado deste Conselho e particularmente do DECONT, é a questão da licença dessa reforma na Marginal Tietê, o Conselho aprovou, em primeira instância o trabalho da Câmara Técnica. Esse projeto que vocês acabaram de ver, já tinha sido apresentado na Audiência Pública, quem foi nessa Audiência Pública da Marginal, já viu uma apresentação talvez mais resumida, uma das únicas que foi feita até hoje, porque o Governo do Estado ainda fez não a divulgação ampla deste projeto e hoje

nós temos a segunda apresentação aqui no Conselho. Isso eu ressalto porque o trabalho da Câmara Técnica tem sido muito rigoroso, nessa questão da reforma da Marginal Tietê, evidente que se nós pudéssemos não ter a Marginal do Tietê, seria muito bom. A Secretaria do Verde gostaria muito disso, poderia fazer não só da Penha até Itaquacetuba, que é a primeira fase parece-me não é? No entanto é uma realidade econômica, nós temos essa estrada dentro do estado de São Paulo, uma das mais importantes estradas dentro da cidade da região metropolitana, é uma estrada do Brasil inteiro, e que não há perspectivas de solução urbanística a curto prazo que possa suprimi-la, não existe. Tanto que esse projeto quando eu vi aqui, com surpresa que uma pessoa de uma entidade defendeu a instalação mais rápida possível do Rodoanel Norte, eu fiquei surpreso, porque própria SVMA não tem certeza se concorda com nenhuma das duas ou três propostas do Rodoanel Norte, nós não temos essa certeza. Certamente aquela proposta que passa por dentro da cidade nós somos contra, por isso que eu fiquei até surpreso, mas está registrado em ata que a entidade pediu que se acelerasse a conjunção do Rodoanel Norte, a SVMA, não pediu para acelerar a conjunção do Rodoanel Norte porque sabemos o que significa aquele trecho em termos de impacto ambiental. Assim infelizmente durante muito tempo enquanto não tiver uma solução adequada do ponto de vista de segurança ambiental, para a área norte, a Marginal vai ser essa passagem por um bom tempo ainda, infelizmente não é? Assim o trabalho aqui da Câmara Técnica de discutir com a SIURB, com a SMT do município de São Paulo e com a DERSA que são as três principais interessadas nesta obra, têm sido bastante rigorosos e exigentes. A orientação inclusive que a SVMA está dando para a Diretora do DECONT, é vincule as duas obras. Eu não quero deixar compensação ambiental pendurada anos a fio para ser cobrada. A idéia é que as duas obras caminhem paralelas e sejam entregues juntas, licença de operação no mesmo dia para a reforma da Marginal, e para a Estrada Parque que vai ser o início da obra muito maior da Várzea do Tietê. Porque esta Estrada Parque, que vai ser possível com a compensação, é apenas o início de uma obra muito maior que a Secretária Dilma está negociando lá em Brasília, um empréstimo do Banco Mundial. O que nós vamos fazer agora é o início de uma área, mas a implantação é de muito maior vulto. Então eu não sei como vai sair a licença de instalação. Mas uma coisa que eu venho insistindo com a Regina, Diretora do DECONT é isso, que as duas coisas estejam claramente vinculadas. Faz a reforma da Marginal e também a implantação da Estrada Parque as duas coisas correndo paralelas para que a licença de operação possa ser dadas para as duas simultaneamente. Se isso for feito, pelo menos você vai ter uma barreira física, já, imediatamente dentro do Município de São Paulo. Porque isso é só dentro do Município de São Paulo, por enquanto, você vai ter uma barreira física imediata, para impedir a atividade criminosa de deposição de entulho, e a atividade criminosa de ocupações em cima do entulho que é despejado lá. A SVMA, na Operação Defesa das Águas com a Secretaria de Segurança do Município, tem agido no local, mas não é fácil você conter uma atividade desse tipo que tem inclusive a conivência da população local, porque cada vez que despeja entulho, é um local aonde uma pessoa vem e constrói. Então existe a conivência com a própria população local para essa atividade criminosa naquela região, então essa Estrada Parque vai colocar imediatamente uma barreira física que vai facilitar muito a atividade de fiscalização e de repressão às atividades criminosas naquela região.

Coordenadora Helena Magozo: Eu pediria ao Rui Brasil e ao Ruy Ohtake, na ordem da questão do tempo, que dessem as suas considerações finais, desculpando pelo avançado da hora, mas é porque houve muito interesse na participação dos conselheiros.

Ruy Ohtake: Eu preciso falar antes porque eu me atrasei um pouco, e também por certa indelicadeza, eu deixei de salientar não a importância de Paulo Egydio Martins, já citado pelo Secretário Eduardo Jorge, e a sensibilidade do atual Governador em atualizar todo o projeto do parque. Além disso, pela extensão e pela ocupação do parque a todos os municípios que estão dentro da faixa do parque a começar pelo Município de São Paulo, onde o Prefeito e suas Secretarias notadamente o Secretário Eduardo Jorge, tem feito inúmeras manifestações de apoio, etc. E, também aos outros prefeitos, independente de partido, porque o projeto realmente é de importância urbana para toda a grande São Paulo, para região metropolitana de São Paulo, e que no fundo está em jogo toda questão desse urbanismo, do crescimento da cidade, e esse benefício para todos. Além do DAE que tem batalhado junto conosco, há muito tempo, e a nossa equipe. Bom das varias intervenções que houve, eu vou tentar resumir algumas. Primeiro o Tietê que ocupa exatamente a posição leste/Oeste no estado. Ele ganha de importância porque essa região está comprimida ao norte pela Serra da Mantiqueira e ao sul pela Serra do Mar. Então o desenvolvimento da Cidade de São Paulo é Leste/Oeste e o rio tem este sentido, portanto, ele, o Rio Tietê acompanha o desenvolvimento do que a cidade vai ter conurbação toda que já se verifica, e ao longo dessas próximas décadas. Já vamos contar de Mogi até aqui, já está conurbado e com isso a importância do rio fica interessante porque o morador fica muito próximo ao rio, na região da Penha para Leste, ele fica muito próximo, portanto, o benefício que o parque pode provocar à essas populações, é proporcionalmente muito interessante. Quanto ao questionamento do Laurindo, pelo fato do Parque Tietê atravessar regiões muito carentes essa relação com a comunidade tem sido muito importante. E nós chegamos a conclusão de que esse exercício com a comunidade tem no seu bojo a questão o projeto, o Estado, não ser paternalista nem assistencialista, ele tem que ser co-responsável junto com a comunidade. Ou seja, atribuir para a comunidade algumas responsabilidades para que ela se sinta também responsável pela implantação de projetos como este do Tietê e outros projetos em todas as comunidades que aqui existem, ou seja, é atribuir aquela questão da cidadania para todos os moradores. E o passo seguinte é fazer com que, o quase um gueto que existe hoje das favelas, e eles se tornem hoje paulatinamente os futuros bairros de São Paulo, e a primeira questão além da cidadania, é fazer com que a rua entre lá dentro, o ônibus, o transporte entre lá dentro. Essa questão que o Laurindo levanta com muita propriedade, mas que é essencial. E nós estamos trabalhando, por exemplo, em Heliópolis, é fundamental que lá também na Estrada das Lágrimas que é o viário importante que beira a comunidade, ela tem os braços que entre com os ônibus até dentro da comunidade, etc., esse respiro, essa interação do futuro bairro com a cidade é muito importante, e o sistema viário pode ajudar incrivelmente isso. E eu acho que essas comunidades que estão ocupando ao longo do Tietê, a mesma coisa. Por isso que o benefício do parque não pode se restringir da Via Parque para dentro, para o interior do Parque, mas ele se estende alguns km além da divisa do parque. Por isso que também o BID pede entre outros itens que o projeto consiga estabelecer o relacionamento urbanístico com o entorno do parque. Quanto ao outro questionamento, acho que a estética é muito importante para qualquer projeto, a estética é fundamental. Tem aquela estória: qual é a distância menor entre dois pontos? É a reta, mas às vezes não é mais bonita, às vezes é a curva mais bonita. Então nesse caminhar de um parque, de uma área 100x100, a questão utilitária de ir pela distancia mais curta, provavelmente vai prevalecer à razão mais forte. Eu acho que a estética de usufruir também o espaço é sempre interessante, então no parque, por exemplo, essa questão do usufruir o espaço do parque, também é um item muito importante, essa generosidade para a população. E por último,

aquela questão da sustentabilidade. Temos recebido muita gente de fora, principalmente, falando da sustentabilidade das construções. Evidentemente que isso é muito importante, mas para nós a América do Sul, a América Latina a questão da sustentabilidade social eu acho que é mais urgente e mais flagrante e que eu colocaria até um pouquinho na frente, mas os dois têm que andar paralelamente. No caso do parque a questão não só da estrada, da Via Parque cuja pavimentação vai ser com material reciclável, mas também os núcleos, os 33 núcleos sejam abastecidos com água que recicla e muitos materiais recicláveis também para que mesmo que seja em quantidades pequenas em relação ao montante de toda a região metropolitana de São Paulo, mas eu acho que são pequenos exemplos significativos que dentro de uma área pública vai ser muito importante ter esse tipo de preocupação e implantação e na educação ambiental que em todos os 33 núcleos vai ter dependências apropriadas para isso não só dentro de um espaço de sala de aula, um pequeno auditório, mas também lá fora junto ao paisagismo, a vegetação do parque, a horta etc., ter esse tipo de direção para formação dos futuros cidadãos paulistanos, brasileiros. Então é só isso.

Rui Brasil: É uma série de indagações, colocações que eu acho que começa a trazer a discussão que é sempre muito produtiva no desenvolvimento de qualquer projeto então eu vou tentar para poder ser mais objetivo, pontuar uma a uma as colocações aqui na medida do tempo também. Em primeiro lugar as questões colocadas pelo Laurindo de fato e depois é mais bem ilustradas aqui pelo Antonio Cunha que realmente há uma pressão por conta da própria natureza e da localização no projeto como já foi colocado aqui, a veia arterial central da cidade é o rio Tietê, não naturalmente existe uma pressão por projetos viários em cima disso e fica uma questão muito interessante o que fazer primeiro? Verificar todos os projetos e depois fazer esse compatibilizando com ele ou fazer esse projeto para tornar-se uma idéia forte e depois compatibilizar. Não há jeito, as coisas são dinâmicas então a opção foi fazer o projeto, que na verdade é uma retomada como já foi colocado aqui, e todas essas iniciativas de projetos viários vêm sendo discutidas com a equipe do Prof. Ruy Ohtake com o DAEE que na verdade é a entidade executiva desse projeto, então tanto com a CPTM, com a Dersa, a questão do Rodoanel, do Expresso Aeroporto, todas essas interferências, vamos chamar assim, já foram discutidas e nós vamos ter que buscar soluções para cada uma delas, não há o que fazer. Eu acho que ganha-se, porque eu acho que a idéia desse projeto várzeas como um todo e do parque que se cria é uma idéia extremamente forte e que passa a ser uma conquista de todos, eu acho que agora vai ter que se respeitar esse espaço e buscar uma conciliação que possa todos ganhar nesse processo. A questão levantada aqui das unidades habitacionais, o número que nós utilizamos é de 2000 e eu coloque aqui aproximadamente, aquele era um número muito preliminar lá atrás, e quando se faz uma obra, quando a gente mexe na casa da gente, quando a gente começa tem uma idéia, agora há uma regra que já que começou... então isso é sempre para cima e não foi diferente, a gente sabia que ia ser assim, a gente tinha experiências também e então foi feita uma foto em outubro e esse número apresentado pelo arquiteto e eu já até sabia do número, mas fiz questão de deixar até para ver se as pessoas estavam atentas. De fato foram contadas, foram feitos vãos escala de 1 para 2000 e foi contado telhadinho por telhadinho, isso não quer dizer que sejam 3.356 famílias, pode ser mais porque a gente sabe que esses espaços são divididos as vezes por mais de uma família e isso só reforça a consciência que nós tínhamos que o problema fundamental no nosso projeto não é fazer a Via Parque não é fazer os núcleos que são obras relativamente simples e nem tão caras, mas é o problema social que está envolvido aí. Tanto que o recurso para aquele componente de reassentamento que eu

coloquei no projeto como um todo ele vai entre desapropriações e unidades habitacionais ou indenizações, enfim, de todas as formas que existem e que a legislação prevê para resolver esse problema da realocação ou do reassentamento ele vai superar os 50% do projeto. Inicialmente a gente tinha uma idéia do projeto mais completa para a primeira etapa mas em função da limitação de recursos, que é um problema que assola o poder público e o privado também, o recurso é sempre limitado então temos que trabalhar dentro da realidade, mas está previsto e é o problema principal, é o componente que nós julgamos mais importante, estratégico e que exige uma engenharia que é uma complexa do ponto de vista dessa questão que é multidisciplinar e é a parte que eu considero vital para o sucesso desse projeto. O Giovanni falou da questão do projeto paisagístico da Marginal e de fato esse projeto foi feito e ele foi executado até onde eu sei no limite do possível, ele sofreu adaptações e quando vocês passam e vêem aquelas defensas lá que o setor de transporte chama elegantemente de NewJersey aquela defesa de concreto, todo aquele talude lá não morre ali na parte inclinada. Ele tem uma ancoragem que vem até a margem, então tem toda uma manta de bidim e por vezes não é possível naquele ponto você fazer perfurações porque em alguns trechos ficou muito exíguo e não havia como fazer mais, por isso é que em alguns lugares foram colocados até vasos como alternativas, mas eu não tenho as informações detalhadas sobre isso. Até onde eu sei o projeto foi executado ao longo do trecho retificado. A gente pode retomar esse assunto com o pessoal do DAEE que tem os detalhes sobre essa questão. A questão da macro drenagem eu acho que ela é uma solução que sem dúvida nenhuma ela não é e não pode ser unilateral. É um plano e todo plano tem que envolver os diferentes níveis de poder, a comunidade e tudo o mais. Eu acredito Giovanni, como já no primeiro plano de macro drenagem o espaço adequado para isso seria o Comitê e a sua Câmara Técnica de Drenagem no Comitê do Alto Tietê, lá os municípios têm o mesmo poder que o estado e isso eu acho que é uma discussão que deve ser feita lá em toda a sua amplitude, complicações com os planos diretores, e essa discussão tem que ser feita necessariamente. Se não foi feito em algum momento não é a visão do governo para isso, a questão do controle de enchentes ela não é uma medida unilateral de um órgão, de uma entidade, é uma intervenção vamos dizer o piscinão é uma intervenção urbana tomara não precisássemos tê-las porque elas têm conseqüências muito grandes e como toda intervenção a partir ruim depois, como você bem assinalou, a parte difícil, a manutenção fica um pouco para lá. Agora nós passamos para a fase executiva, o projeto tem um orçamento e as desapropriações estão previstas e elas bem antes aqui do CADES aprovar nós tivemos que fazer uma adequação orçamentária, mas nós temos uma priorização. Nós temos orçamento suficiente este ano para fazer as contratações do projeto sócio-econômico, a parte social, habitacional, essa parte de apoio e preparação do projeto e no orçamento do ano que vem terá que reservar o valor seguramente substancial para as desapropriações.

Ana Lúcia Ancona: A gente fez a delimitação considerando a ocupação consolidada e os critérios já que foram apresentados e garantindo esse mínimo de uma faixa de 50 metros que atendem a APP na realidade e indo além sempre que possível dando uma conformação razoável, contida e removendo também dentro de um certo limite, porque se a gente for por exemplo recuperar toda a APA é impossível. Dentro do bom senso a APP está contemplada.

Coordenadora Helena Magozo: Passamos para os trabalhos da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, onde **Rodrigo Victor** fará uma exposição.

Destaca-se da apresentação:

O que são reservas da biosfera?

- Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou aquáticos estabelecidas para promoverem soluções para a conciliação da conservação da biodiversidade com seu uso sustentável.
- São internacionalmente reconhecidas (MAB – UNESCO) por iniciativa de governos locais e permanecem sob jurisdição soberana dos Estados onde estão localizadas.
- Reservas da Biosfera são áreas para a experimentação e demonstração da gestão integrada da terra, água e biodiversidade.
- Existem 529 reservas da biosfera em 105 países (Dez. 2008).

As reservas da biosfera desempenham três funções principais:

- Conservação da biodiversidade, ecossistemas recursos naturais
- Desenvolvimento sustentável
- Apoio logístico para pesquisa, monitoramento, educação, treinamento e intercâmbio de informações

Que valor uma reserva da biosfera pode agregar a gestão socioambiental?

1. Articulação e Integração:

- Temática
- Político-institucional
- Geográfica (biomas, sistemas urbanos, mosaicos, ambientes transfronteiriços)

2. Inserção da região à Comunidade Internacional

3. Resolução de Conflitos

4. Visão Sistêmica na Gestão

5. Trânsito pela complexidade institucional

6. Complemento à atuação da gestão socioambiental tradicional

7. Trabalho com comunidades

8. Inovação

9. Outros

MEMBROS DO CONSELHO DE GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DO CINTURÃO VERDE
(34 ASSENTOS)

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente
- Instituto Florestal
- Fundação Florestal
- Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- EMPLASA

- SABESP
- CETESB
- Governos Municipais e Associação de Municípios
 - * representantes de 7 regiões e 24 municípios
 - * 1 representante da ANAMMA
- Consema
- Moradores
- ONGs
- Empresariado
- Comitês de Bacias Hidrográficas
- Comunidade Científica
- Jovens
- Convidados

Coordenadora Helena Magozo: Agradeço a apresentação do Rodrigo que foi muito interessante e desculpe o adiantado da hora. Agradeço também a presença de todos e dou por encerrada a reunião.

Conselheiros Presentes:

ALEJANDRA MARIA DEVECCHI
ANTONIO CUNHA DO N. HEITOR
CARLOS EDUARDO CAMARERO THOMAZ
DIRCE CARREGÃ BALZAN
E. EMIRENE NOGUEIRA
FERNANDO FALBO BANDEIRA DE MELLO
FRANCISCO J. CALHEIROS R. FERREIRA
GIOVANNI PALERMO
HAROLDO DE BARROS FERREIRA PINTO
JORGE JAMAL AYAD BADRA
LAURINDO MARTINS JUNQUEIRA FILHO
LUCIANA FERNANDA B. ALVES DE MOURA

LUIS OLIVEIRA RAMOS
MARCO ANTONIO BARBIERI
MARCOS CARTUM
MARCOS MOLITERNO
MARIA REGINA BRAGA LAGONEGRO
PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
RAIMUNDO N. FERREIRA FILHO
REGINA LÚCIA DE BARROS MACEDO
REGINA LUISA F. DE BARROS
ROS MARI ZENHA
SOURAK ARANHA BORRALHO
VILMA CLARICE GERALDI

Conselheiro Suplente presente:

JOSÉ CARLOS ANDERSEN

Coordenadora Geral:

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO